

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E/OU TECIDOS

_____, _____ de _____ de 20____.

Ao Promotor Público da Comarca de _____

O (potencial doador) _____,

Falecido no Hospital: _____

() Parada Cardiorrespiratória - Data: ____/____/____ Hora: ____:____

() Morte Encefálica - Data: ____/____/____ Hora: ____:____ (Resolução CFM nº 2.173/2017)

Segundo a Lei nº 10.211/2001 e Decreto Presidencial nº 9.175/2017, artigo 20, § 1º “ A autorização deverá ser do cônjuge, do companheiro ou de parente consanguíneo, de maior idade e juridicamente capaz, na linha reta ou colateral, até o segundo grau, e firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte e o § 3º “A retirada de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano de falecidos incapazes, nos termos da lei civil, dependerá de autorização expressa de ambos os pais, se vivos, ou de quem lhes detinha, ao tempo da morte, o poder familiar exclusivo, a tutela ou a curatela. Complementando no § 4º que “Os casos que não se enquadrem nas hipóteses previstas no § 1º ao §3º dependerão de prévia autorização judicial.

Neste caso a situação é _____

Assim sendo, o(a) Sr(a) _____,

cujo grau de parentesco é na qualidade de _____ autoriza a doação de órgãos e tecidos, conforme documento em anexo, na presença de testemunhas.

Como o autorizante não se enquadra no previsto pela lei supracitada, necessita-se de uma avaliação do caso para proceder-se de forma legal tal decisão familiar.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do profissional responsável pela Entrevista

Telefone de Contato:

Essa solicitação só será possível nas situações em que houver tempo hábil para a tramitação.

Atualizado junho 2019.